

Economia fluminense: superando a perda de dinamismo?

Angela Moulin Simões Penalva Santos*

Resumo - Neste artigo, analisa-se a história da economia estadual fluminense, destacando a cultura cafeeira como instrumento de estruturação espacial. Em seguida, discute-se como o processo de industrialização brasileira tirou do Estado do Rio de Janeiro a condição de centro dinâmico do país e fez a economia local mergulhar numa crise secular, suscitando tentativas fracassadas de superação. Mais recentemente, no entanto, uma nova configuração tem-se apresentado desde a crise dos anos 1970, o que pode contribuir para a recuperação da economia estadual. Essa possibilidade de superação da perda de dinamismo da economia fluminense é analisada tomando como base dados recentes, do período 1985 a 1999.

Palavras-chave: economia fluminense; polarização espacial; crise econômica.

Introdução

O Estado do Rio de Janeiro tem uma trajetória ímpar na história econômica brasileira. É a unidade da Federação com o maior grau de polarização do PIB e da população em sua região metropolitana. Essa concentração guarda relação com o fato de a cidade do Rio de Janeiro, a atual capital estadual, ter sido, ao longo de praticamente dois séculos (1763-1960), a capital do país, sendo Distrito Federal até 1960. Quando Brasília, a nova capital, foi inaugurada, a cidade do Rio de Janeiro foi elevada à condição de Estado da Guanabara, situação que se manteve por 15 anos, até a

fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Somente após 1975, portanto, foi superada a divisão político-administrativa entre núcleo e periferia da economia fluminense.

Como as demais localidades situadas no litoral do país, o território fluminense foi um importante entreposto comercial e alcançou grande importância por ocasião da exploração do ouro, firmando-se como principal centro econômico do Brasil. Quando se iniciou no país o processo de industrialização, a economia fluminense já tinha acumulado vantagens locais que permitiam imaginá-la

* Professora da Faculdade de Ciências Econômicas e da Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UERJ. E-mail: angelapenalva@uol.com.br.



como sua principal beneficiária. Não foi, contudo, o que ocorreu; a industrialização brasileira praticamente se confundiu com a emergência de um potente pólo industrial em São Paulo, transformando a economia fluminense em mera coadjuvante da economia paulista. O século XX foi um período marcado por perdas do Rio de Janeiro, tanto de suas antigas funções dinâmicas quanto até mesmo de sua ascendência cultural e política no país, mas que acabou trazendo novas perspectivas para a economia fluminense: a crise econômica do país, com a perda de centralidade da indústria na dinâmica econômica, poderá abrir-lhe melhores perspectivas. Essa é a trajetória que o estudo, de forma breve, pretende recuperar.

Este artigo é composto de seis seções. Na primeira, analisa-se o processo de ocupação do território fluminense, com destaque para a importância da cultura cafeeira como instrumento de estruturação espacial. Na segunda, discute-se como o processo de industrialização brasileira tirou do Estado do Rio de Janeiro a condição de centro dinâmico do país e fez a economia fluminense mergulhar numa crise secular. Na terceira, examinam-se as tentativas de superação dessa crise. Na quarta, procura-se explicar como uma nova dinâmica econômica que vem se configurando desde a crise dos anos 1970 pode proporcionar vantagens comparativas à economia estadual. Na quinta, analisam-se dados recentes, do período 1985 a 1999, para avaliar o desempenho da economia fluminense, buscando evidência empírica que confirme ou refute a capacidade de o Rio

de Janeiro explorar melhor o contexto econômico atual. Por fim, na sexta e última seção, são feitas algumas reflexões à guisa de conclusão.

Ocupação do território

Durante os primeiros 250 anos de ocupação portuguesa no Brasil, o Nordeste foi a região onde se desenvolveu um importante e inédito experimento colonial, com a implantação da economia canavieira. Por ser de uma atividade voltada para o mercado externo, a função portuária era fonte de grande dinamismo para as cidades de Recife e Salvador, esta última sendo a sede administrativa da coroa portuguesa no território brasileiro. Em meados do século XVIII, a exploração do ouro na região central do país deslocou o foco do interesse dos portugueses da região nordestina para a sudestina.

A efetiva ocupação econômica do que conhecemos atualmente por Estado do Rio de Janeiro está associada à função administrativa da Cidade do Rio de Janeiro. Por sua maior proximidade das regiões das minas, a metrópole carioca tornou-se a capital em 1763, de onde os representantes da coroa portuguesa controlavam o escoamento do ouro. O Rio de Janeiro transformou-se também em principal porto de entrada de importações e centro redistribuidor de manufaturas, principalmente de escravos africanos. Essa atividade comercial consolidou a cidade como centro econômico, além de administrativo, do país. Cabe destacar, contudo, que a função de sede do governo central separou política e administrativamente o núcleo da



periferia do que hoje conhecemos por Estado do Rio de Janeiro.

A função administrativa foi intensificada e proporcionou ingresso substancial de recursos por ocasião da vinda da família real portuguesa, em 1808, quando a colônia foi elevada à condição de Reino Unido Portugal-Brasil. A chegada da corte, composta de 15 mil portugueses com hábitos de consumo sofisticados, sustentou um novo patamar de atividade econômica, transformando o Rio de Janeiro em cidade cosmopolita e dinâmica. As atividades comerciais se expandiram significativamente, ademais, com a abertura dos portos às nações amigas, em particular à Inglaterra. A maior circulação de renda monetária propiciaria aumento dos negócios, o mais importante dos quais foi o comércio de escravos.

A concentração da atividade exportadora e importadora fez ingressar e circular na economia fluminense capitais e população que foram decisivos para a exploração da economia cafeeira do país. Sem esses recursos, dificilmente essa cultura teria sido implantada no Rio de Janeiro, pois a província não contava com condições de solo especialmente favoráveis ao café. O início do cultivo ocorreu na Cidade do Rio de Janeiro em meados do século XVIII, expandindo-se em seguida para a Província Fluminense.

Segundo Lessa (2000), antes do café, as atividades responsáveis pelos principais núcleos ativos do interior fluminense eram a produção de alimentos para a população da metrópole

carioca e o cultivo da cana-de-açúcar, na planície do Norte-fluminense. A ocupação efetiva ocorria apenas no litoral, com algum destaque para Parati, antigo porto que atendia ao movimento derivado da exploração do ouro, antes da abertura do Caminho Novo, através de Juiz de Fora.

A produção de alimentos nunca atingiu densidade econômica no interior fluminense, como sugere a saga do personagem de Lima Barreto, Policarpo Quaresma¹. O abastecimento da capital sempre dependeu, e ainda depende, das importações de estados vizinhos. Ainda assim, houve o caso do êxito da cultura da cana. O açúcar foi responsável pelo dinamismo da cidade de Campos, principal pólo da região norte do estado, pioneira na introdução da energia elétrica no país, em 1873. Como no Nordeste, essa cultura resistiu à prolongada crise que desalojou o país como produtor mundial e, em função dos seus baixos custos operacionais², permitiu que ela sobrevivesse, só sucumbindo nas duas últimas décadas, quando Campos deixou de se identificar à cana e passou a ser um importante centro regional de serviços, beneficiando-se também do impacto positivo da economia do petróleo, dada à presença da Petrobras, na cidade vizinha de Macaé.

Com a cultura cafeeira introduzida nas primeiras décadas do século XIX, organizou-se o espaço econômico na Província Fluminense. Carlos Lessa descreve a articulação de áreas de plantio e a trajetória do seu escoamento, revelando a importância dessa cultura:

A marcha do café tem um registro cronológico na fundação dos municípios fluminenses: Valença (1823), Mangaratiba (1831), Barra Mansa (1832), Paraíba do Sul e Vassouras, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Itaboraí (1833), Pirai (1837), Saquarema (1841), Casemiro de Abreu e Rio Bonito (1846), Rio Claro (1849), São Fidélis (1850), Petrópolis (1857), Araruama (1859), Santa Maria Madalena (1861), Carmo (1874), Sapucaia (1881), Santo Antônio de Pádua (1882) e Itaperuna (1885). O Rio de Janeiro, cidade com dinamismo próprio desde o período colonial, deu suporte a esta rede de cidades locais. O ciclo ferroviário reforçou poderosamente a centralização urbana no Rio. (Lessa, 2000, p.103)

Como descrito por Cardoso de Mello (1981), a economia do café envolve deslocamento espacial desde as terras cultivadas com rendimentos decrescentes em direção às terras virgens, com maior produtividade física. Trata-se de uma cultura muito intensiva em mão-de-obra em todas as suas etapas: abertura de matas virgens, plantio, tratamentos culturais e colheita. Outra característica importante é o longo período de maturação do investimento: o tempo médio para que um pé de café possa dar frutos é de quatro anos, o que significa

que é preciso providenciar o abastecimento alimentar dos trabalhadores dedicados ao seu cultivo. Na Província Fluminense, o trabalho livre era muito pequeno, sendo a economia cafeeira muito dependente do escravo. Este, como se sabe, não constitui mercado consumidor e, portanto, não tem capacidade de sustentar o dinamismo de uma cultura alimentar ou manufatureira quando a cafeicultura se desloca. Pelo contrário, a produção de alimentos durante o período em que o cafezal estava produtivo no interior fluminense contribuiu para acelerar o desgaste do solo, dificultando a sustentação de qualquer outra cultura agrícola após o deslocamento do café.

O auge da economia cafeeira ocorreria a partir do último quartel do século XIX, quando o café já se deslocara do Rio de Janeiro em direção a São Paulo, ocupando mão-de-obra livre, responsável pelo dinamismo de uma rede de cidades que se consolidariam, tornando-se importantes centros regionais no interior paulista, a exemplo de Ribeirão Preto. Ao se deslocar no sentido São Paulo-Paraná, nos anos 1920, o café foi também responsável pelo surgimento de uma rede de cidades no norte e no oeste paranaenses, como são os casos de Londrina e Cascavel. O mesmo não aconteceu na economia fluminense: cidades por onde passava o café tornaram-se locais sem dinamismo, que iam morrendo por falta de perspectiva para sua população e transformavam-se em fonte de emigração. Mais recentemente, as antigas fazendas de café do Vale do Paraíba



passaram a ser utilizadas como locais de visitação, em que o turista é apresentado ao fausto típico das ricas sedes das fazendas, cuja renda ficava muito concentrada nas mãos do dono de escravos e de terra. Em vez de diversificar seu patrimônio, transferindo excedentes da economia cafeeira para outras atividades geradoras de renda, o “barão do café” fluminense aplicava seus recursos construindo palacetes na corte, ou seja, na Cidade do Rio de Janeiro. Um desses palacetes foi usado como sede de governo republicano até 1960: o Palácio do Catete, construído pelo Barão de Nova Friburgo.

A expansão cafeeira foi responsável pelo início do processo de industrialização no Brasil, conforme demonstrado por Sérgio Silva (1980) e Wilson Cano (1981). O aumento da produção de café num contexto em que a bebida tornara-se um típico “bem-salário” transformou o país no maior produtor mundial, chegando a responder por cerca de 70% de toda a produção cafeeira. A dependência da economia brasileira do desempenho do complexo agroexportador cafeeiro tornou-a muito vulnerável às crises de superprodução que sucederam a partir de 1894. A partir daí, o governo brasileiro passou a implementar políticas de sustentação da renda da cafeicultura, inicialmente mediante desvalorizações cambiais, e, depois do Convênio de Taubaté (1906), por meio da compra dos excedentes de produção.

Através desses dois mecanismos, foi mantido o estímulo à produção e sustentado o ren-

dimento dos que se dedicavam à economia cafeeira. No entanto, era impossível que a atividade pudesse continuar sustentando os níveis de lucratividade que obtivera no último quartel do século XIX. Iniciou-se, então, uma transferência de recursos da cafeicultura para outras atividades que, como a indústria, tinham um período mais curto de rotação do capital, o que acabava compensando taxas de lucratividade mais baixas.

Os novos investimentos industriais iriam localizar-se preferentemente em São Paulo, em detrimento da economia carioca, tanto pela maior diversidade da economia paulista; pelo seu maior mercado consumidor; pela maior presença de imigrantes, parte dos quais vinha explorando as atividades de comercialização no complexo agroexportador cafeeiro e se tornaria a nova burguesia industrial; quanto pela inexistência de um mercado de capitais, o que contribuía para que o conhecimento pessoal entre o “banqueiro” e o investidor na Indústria fosse um elemento importante na decisão de fornecer ou não capital para financiar a nova atividade industrial. Nunca é demais lembrar que a indústria era uma atividade de muito risco e que demandava espírito empreendedor. Na capital do país, o Rio de Janeiro, havia outras atividades que competiam com a indústria pela mão-de-obra local que, por isso, era mais cara do que a de São Paulo. A possibilidade de desenvolver atividades relacionadas à presença do governo ou à produção imobiliária tornava-as, nessas con-

dições, mais atrativas que as industriais. Cabe acrescentar ainda que, com a industrialização, grande parte das importações passou a ser substituída pela produção industrial brasileira, a maioria localizada no Estado de São Paulo, o que fez diminuir a importância da função portuária no Rio de Janeiro, deixando a cidade de ser o centro distribuidor das importações. A conjugação desses fatores faria de São Paulo um pólo industrial, deixando a economia carioca a reboque do dinamismo desse estado e muito dependente da condição de sede do governo.

Industrialização brasileira e perda de dinamismo na economia fluminense

A industrialização no Brasil inicia-se por volta de 1880, estimulada pelas políticas de sustentação da renda do complexo agroexportador cafeeiro. Até a crise de 1929, o seu desenvolvimento esteve estreitamente ligado à economia cafeeira. A partir daí, contudo, a diversificação industrial intensificou-se e a economia brasileira passou a depender do desempenho da Indústria, transformada em eixo dinâmico da economia do país. Apesar de o Rio de Janeiro ser a sede do poder público, concentrando uma parcela majoritária da burocracia estatal, com altos e estáveis rendimentos, desde o início do século XX já deixara de ser o principal centro industrial brasileiro.

O maior dinamismo industrial em São Pau-

lo está relacionado à expansão cafeeira e à atração de imigrantes para substituir os escravos na lavoura. Enquanto a economia paulista se beneficiava de mais capitais acumulados, além de um contingente de trabalhadores livres, isto é, mercado consumidor, o interior fluminense estagnava, sem que fosse desenvolvida qualquer outra atividade dinâmica, a não ser a pecuária leiteira. A indústria carioca não poderia, portanto, contar com o mercado regional, ao contrário da paulista.

Na Tabela 1, apresenta-se a participação dos principais estados na produção industrial brasileira, mostrando como foi intensa a perda de dinamismo da indústria fluminense diante do desempenho do setor em outros estados, em particular, diante do significativo avanço da indústria paulista.

A indústria carioca era majoritariamente caracterizada por estabelecimentos de pequeno porte, cuja produção estava destinada ao mercado local, à exceção da indústria têxtil, cujas empresas de grande porte atendiam ao mercado inter-regional. Durante a década de 1920, a expansão industrial diversificou-se, com a incorporação das indústrias cimenteira e siderúrgica, e com a modernização da têxtil. Segundo Susigan (1985), foi o Estado de São Paulo que conduziu esse processo, embora o Rio também tenha dele se beneficiado.

Nas décadas de 1930 e 1940, a economia paulista consolida-se com o impulso que a crise de 1929, associada à Revolução de 1930, proporcionam à indústria, apresentando um



Tabela 1

Distribuição do Produto Industrial Brasileiro em estados selecionados - Em %

Estados	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1985
PE	5,0	5,3	4,5	2,6	2,1	2,1	2,0
BA	-	1,3	1,3	1,7	2,5	4,0	5,2
MG	7,5	7,9	6,5	5,7	6,4	8,9	8,7
RJ	28,0	25,0	20,3	17,5	15,6	11,8	11,8
SP	35,0	39,4	48,9	55,5	58,1	47,0	44,0
PR	-	2,4	2,8	3,2	3,0	4,9	5,2
SC	-	2,2	2,4	2,2	2,6	4,0	3,6
RS	8,0	9,6	7,9	6,9	6,3	7,3	6,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

perfil industrial orientado para os setores mais novos e tecnologicamente mais avançado. A ruptura com o comércio internacional a partir da eclosão da II Grande Guerra propiciou uma grande expansão à indústria brasileira e, em particular, à de São Paulo, já transformada na principal abastecedora da economia brasileira.

Devido à sua proximidade com São Paulo e às facilidades da malha viária, a economia fluminense sofreu com o dinamismo da indústria paulista. Segundo Pereira e Considera (1985), nos estados em que a indústria tinha uma base agrícola tradicional e especializada, suas participações no PIB industrial foram mantidas, o que não ocorreria com a indústria fluminense, que, nas décadas de 1930 e 1940, diminuiu sua participação no PIB brasileiro de 28% para 20%, enquanto a indústria paulista crescia, no mesmo período, de 35% para quase 50%. Nas duas décadas seguintes, a indústria fluminense continuaria

perdendo participação, e a paulista ganhando: em 1970, a fatia da economia fluminense na indústria brasileira era de menos de 16% e a da economia paulista alcançou 58%. Entre 1930 e 1970, apenas São Paulo elevava sua participação no PIB industrial brasileiro em detrimento dos demais estados da Federação, mais particularmente em detrimento da participação da indústria fluminense. A indústria paulista tornava-se o centro dinâmico da indústria brasileira, e as dos outros estados tornavam-nos zonas de complementaridade da paulista (1975). Nesse período, quase não houve casos de indústrias que tivessem conseguido ultrapassar os limites do mercado regional, tornando-se nacionais. O caso do segmento de confecção de artigos de cama e banho do setor têxtil localizado em Santa Catarina foi mais exceção do que regra, a maior parte cresceu dinamizada pela demanda da indústria paulista, como foi o caso da zona metalúrgica mineira.



A industrialização do país após a Revolução de 1930 foi realizada mediante a estratégia da substituição de importações, num contexto marcado pela ideologia do nacional-desenvolvimentismo. No período de 1930 a 1980, o Estado Nacional conduziu o projeto de consolidação da economia brasileira por meio da internalização de toda a estrutura do setor industrial. A política industrial envolvia não apenas tratamento privilegiado aos setores considerados instrumentos estratégicos do projeto nacional, mas inclusive o investimento direto estatal nos setores considerados básicos para a alavancagem da economia brasileira. Apesar de essa estratégia praticamente confundir-se com a industrialização paulista, a economia fluminense também foi beneficiada pela instalação de empresas produtoras de insumos básicos. São exemplos a Companhia Nacional de Álcalis (Cabo Frio, em 1937), a Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda, em 1941) e a Refinaria Duque de Caxias (Duque de Caxias, em 1952) (1977).

O Estado do Rio de Janeiro situa-se na *core area* da economia brasileira. O eixo Rio de Janeiro–São Paulo–Minas Gerais ainda concentra cerca de 60% do PIB brasileiro. Na fase inicial do processo de industrialização, essa participação era ainda mais significativa, o que justificava localizar na economia fluminense os investimentos em insumos básicos. Mas, igualmente viável seria sua localização na economia paulista ou na mineira. A decisão em favor do Rio de Janeiro foi tomada pela União

durante o governo Vargas, período em que o governo do antigo Estado do Rio de Janeiro era administrado pelo genro do presidente, o Almirante Amaral Peixoto. Morto o presidente, em 1954, o interior fluminense perdeu um “padrinho” que contribuiu para que a perda de dinamismo econômico não fosse ainda mais grave. A superação dessa estagnação teria de se originar do crescimento da economia da metrópole carioca ou da decisão política de localizar, no estado, um bloco de investimentos públicos suficientemente grande para sustentar o processo de desenvolvimento. Nenhuma das possibilidades se concretizou. A continuada perda de participação da indústria fluminense até 1985 é um indicador claro de que a estagnação aprofundava-se.

Tentativas de superação da estagnação

A metrópole carioca já era um importante centro industrial, porém em contínuo declínio. Entre 1940 e 1970, o valor de sua produção no PIB industrial brasileiro caiu de 23,9% para apenas 14,8%. No mesmo período, a participação da indústria carioca em número de operários passou de 21,6% para meros 13,3%³. Esse desempenho mostrou-se insuficiente para gerar dinamismo no interior fluminense.

Na década de 1950, o declínio da indústria fluminense desacelerou em função da maturação dos investimentos relativos à CSN e,



na segunda metade da década, dos investimentos da construção naval e do refino de petróleo. Mas, na cidade do Rio de Janeiro, a perda relativa da indústria foi muito mais acentuada, o que se deve, possivelmente, ao fato de as indústrias de bens de consumo duráveis e de bens de capital, responsáveis pela notável expansão industrial ocorrida durante o governo Juscelino Kubitschek, serem caracterizadas por unidades produtivas de maior porte. Segundo um estudo realizado por Almeida Magalhães (2000), as áreas disponíveis nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, saturadas por atividades manufatureiras nascidas no período anterior, não tinham condições de oferecer as extensas superfícies reclamadas pela implantação, e posterior expansão, das novas manufaturas. A solução seria a sua instalação na periferia da Região Metropolitana. Nesse momento se fazem sentir, pela primeira vez, as conseqüências negativas da separação entre o Estado do Rio de Janeiro e seu pólo econômico principal.

No Estado de São Paulo, as indústrias da safra do Plano de Metas (1956-1961) localizaram-se nas áreas de entorno da metrópole paulistana, formando um sólido cinturão industrial. O estado dotou essas áreas da necessária infra-estrutura para a implantação industrial, e as receitas estaduais dali provenientes contribuíram para o financiamento de investimentos no interior estadual. Esse processo foi bloqueado no Rio de Janeiro em função da separação entre os dois entes governamentais que constituíam a economia fluminense: a

Guanabara implementou políticas conducentes à expansão econômica, porém restritas ao seu próprio território; no interior fluminense, o governo do antigo Estado do Rio de Janeiro pecou por falta de iniciativa.

Em 1960, o Distrito Federal foi transferido com a inauguração da nova capital federal, Brasília. Nesse momento, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se Estado da Guanabara e foi mantida a separação entre núcleo e periferia da Região Metropolitana. Constituindo-se numa Cidade-Estado, a Guanabara teria de procurar uma estratégia de desenvolvimento que contemplasse apenas as áreas contidas na cidade. Uma estratégia conjunta entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro implicaria a necessidade de coordenação entre os executivos estaduais que, ainda que não fossem representantes de partidos políticos diferentes, seria, naturalmente, muito mais difícil de ser alcançada do que no caso de estarem ambos, núcleo e periferia, submetidos ao mesmo governo estadual. Separado administrativamente do seu entorno, o núcleo da Região Metropolitana não financiou a implantação de infra-estrutura adequada para atrair investimentos industriais na Baixada Fluminense, área que certamente o mercado elegeria para localizar a expansão industrial fluminense. Em vez disso, a Guanabara teve de investir em novos vetores de expansão da cidade em busca de áreas disponíveis para receberem os desejados investimentos industriais, objeto de política governamental.

A separação entre núcleo e interior da economia fluminense certamente contribuiu para agravar as perspectivas já ruins dos seus dois estados, o antigo Estado do Rio de Janeiro e a Guanabara, pois esta, além de enfrentar um esvaziamento secular, perdeu a condição de sede do governo num momento em que se fortalecia o processo de hipertrofia do Estado (Susigan, 1985). A isso, conjugou-se a política de interiorização da economia brasileira, com prioridade para a ocupação econômica das regiões Norte e Centro-Oeste, não cabendo esperar que fosse dado tratamento especial ao Rio, para compensá-lo pela perda de *status* político-administrativo. Portanto, a transferência do Distrito Federal para Brasília não foi o único elemento a contribuir para a perda de dinamismo da economia fluminense, mas intensificou um processo que já vinha se manifestando desde o início do século XX.

Cabe questionar como ambos os estados enfrentaram esta longa estagnação econômica. No antigo Estado do Rio de Janeiro, muito pouco foi feito. Seus administradores sempre alimentaram a esperança de alguma iniciativa do governo federal para ressarcir-los dos “prejuízos” arcados com o forte adensamento dos municípios da Baixada Fluminense, cuja população trabalhava na Guanabara mas demandava infra-estrutura nas cidades onde moravam, no Estado do Rio de Janeiro.

Na Guanabara (Santos, 1990), a elevação à condição de Cidade-Estado foi considerada uma compensação do governo central pela

transferência do Distrito Federal, uma vez que permitiria somar arrecadações de origem tanto estadual quanto municipal, numa área que, de fato, correspondia apenas a um município. Esses recursos fiscais possibilitariam o financiamento de investimentos públicos para a redefinição da geografia econômica e social da cidade. Era urgente essa redefinição, pois as transformações tecnológicas e organizacionais estavam modificando as características dos terrenos industriais, e, na Guanabara, a excessiva concentração da indústria na região leste da cidade não permitiria a expansão das indústrias existentes, muito menos o acolhimento de novas. Era preciso, pois, encontrar alternativas para a localização industrial.

A Baixada Fluminense era a localização óbvia. Contudo, situava-se fora dos limites do Estado da Guanabara, o que levou o governo carioca a investir na ocupação da Zona Oeste e da Baixada de Jacarepaguá, únicas áreas disponíveis para a expansão da cidade. Com esse objetivo, implantou um grande projeto viário, incluindo o Túnel Dois Irmãos, que abriu o acesso àquelas regiões. Redefinindo os vetores de expansão urbana, o governo executou uma política com base na criação de distritos industriais, buscando redirecionar a localização dos investimentos industriais e tentando conter nos limites da Guanabara os seus efeitos dinâmicos. Durante a década de 1960, houve retomada de crescimento da economia carioca, mas num contexto marcado



pelo “milagre econômico”, com altas taxas de crescimento econômico no país, o que sugere que a melhora no dinamismo da economia carioca não foi produto apenas das políticas estaduais. Outro elemento limitador da eficácia dessas políticas refere-se à imposição de um novo padrão industrial pós-Plano de Metas, cujas tecnologias tornavam-se viáveis desde que aplicadas pelas grandes empresas, gerando economias de escala e, dessa forma, estimulando a monopolização e a concentração da estrutura produtiva, o que teria acabado por consolidar a liderança da economia paulista em detrimento da carioca, conforme já mencionado. Além disso, durante o regime militar, o governo federal comprometeu-se com um projeto de afirmação do Brasil como potência emergente no cenário mundial (Becker; Egler, 1992). Em tal contexto, o desenvolvimento regional/estadual somente teria êxito caso coincidissem com o concebido pelo governo federal, o que não aconteceu.

Durante o governo do presidente Geisel (1974-1979), chegou ao auge a ideologia do planejamento como instrumento superior de formulação de políticas públicas, sendo o Estado considerado um eficiente agente de difusão do processo de desenvolvimento. O projeto nacional então formulado está exposto no II Plano Nacional de Desenvolvimento, a primeira experiência de planejamento a incluir instrumentos para enfrentar os desequilíbrios regionais⁴. Esse projeto conseguiu diminuir a polarização espacial, conforme sugerem os

dados da Tabela 1, ao elevar a participação de estados como Bahia e Paraná, mas, ao tratar os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo como áreas de contenção ao crescimento econômico, confundiu indevidamente duas economias que, apesar de serem as mais importantes na Federação, apresentavam estrutura e dinamismo muito distintos. Esse período foi marcado por outras duas importantes decisões envolvendo a economia fluminense: a primeira refere-se à fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara; a segunda, à localização na *core area* da economia brasileira, aí incluído o Estado do Rio de Janeiro, do vetor científico-tecnológico do projeto de transformar o país numa potência regional da economia-mundo (Becker e Egler, 1992).

Em 1975, a fusão resultou na criação do novo Estado do Rio de Janeiro, a pretexto de corrigir um erro histórico – a separação entre núcleo e periferia da metrópole carioca – e de contribuir para o desenvolvimento da economia do interior fluminense. Esse desenvolvimento seria logrado mediante a consolidação da economia estadual como localização de novos setores tecnologicamente de ponta, como é o caso da energia atômica, com a criação da Usina Nuclear de Angra dos Reis ou da Companhia Brasileira de Computadores. Apenas parte dos investimentos da safra dos chamados “projetos faraônicos”⁵ foi realizada, em função do agravamento do contexto externo e da crise cambial, que obrigou o governo a desacelerar seus investimentos e a

impor maior seletividade nos gastos públicos, o que afetou negativamente as perspectivas de superação da crise da economia fluminense. Nessas condições, nem o interior foi beneficiado com um bloco de investimentos estatais necessários para dinamizar sua economia, nem a metrópole carioca, transformada em capital estadual, conseguiu tornar-se o centro gerador de dinamismo da economia estadual. Frustou-se, assim, a expectativa de que a fusão constituísse instrumento da retomada do desenvolvimento; ao contrário, ela passou a ser percebida apenas como uma estratégia política de afastar do poder estadual o único governo chefiado por um representante do partido que fazia oposição política ao governo federal⁶. Nas décadas de 1970 e 1980, a estagnação econômica aprofundar-se-ia, sem que qualquer alternativa de superação à crise tivesse suscitado política pública eficaz ou reação do setor privado da economia fluminense.

Nova dinâmica econômica: reversão da estagnação?

A partir da década de 1980, surgiu um debate sobre a derrocada do modelo de expansão econômica vigente desde o *boom* posterior à Segunda Guerra Mundial. Os focos de tensão sob esse modelo foram tão intensos que muitos analistas questionavam se o capitalismo estaria sendo superado ou se estaria ingressando numa nova etapa, e, neste caso, quais seriam os fatores que o distinguiriam do

paradigma anteriormente em vigor. Estaria em curso uma Terceira Revolução Industrial baseada nos avanços da microeletrônica? Um novo padrão tecnológico teria como base os processos de “acumulação flexível” ou o “toyotismo”, com novas perspectivas para as distintas regiões geoeconômicas? As regiões mais comprometidas com o padrão anteriormente vigente estariam mais suscetíveis de enfrentar uma crise mais grave, enquanto melhores perspectivas se abririam para as regiões que ingressavam no desenvolvimento industrial nessa fase? (Harvey, 1991) Esta última interrogação corresponde ao mais relevante questionamento no que concerne ao tema deste artigo: estaria a economia fluminense em condições mais favoráveis para explorar o atual ambiente econômico?

Durante as décadas de 1980 e 1990, ocorreu uma perda de centralidade da indústria como eixo dinâmico em torno do qual expandiram-se o produto e a geração de emprego no país. Seja porque não houve crescimento significativo, seja porque o ajuste das empresas foi realizado mediante o aumento de produtividade do trabalho, a indústria deixou de conduzir a expansão do PIB, que, nessas duas décadas, foi de aproximadamente 2% ao ano, em média. O setor Serviços, ao contrário, se diversificou muito e tornou-se o principal empregador e o responsável pelo maior dinamismo na economia do país. A consolidação das maiores áreas metropolitanas como “economias de serviços”⁷ pode constituir um im-



portante instrumento de dinamismo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que, a exemplo do ocorrido na Região Metropolitana de São Paulo, venha finalmente gerar estímulos à expansão econômica no interior estadual, nele promovendo, inclusive, o surgimento de pólos regionais.

Uma manifestação desse processo pode ser identificado ao analisar-se a importância das cidades médias⁸ no interior do estado. A taxa de crescimento demográfico desse grupo de cidades foi a mais significativa dentre os grupos de municípios classificados segundo classes de tamanho, se excluirmos as contribuições de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São Gonçalo, as principais responsáveis pela sustentação do elevado grau de concentração da população estadual na Região Metropolitana, que se mantém em torno dos 77% desde a década de 1970. Cabe destacar que, nas cidades médias localizadas na Região Metropolitana, o setor terciário foi o principal responsável pela geração de emprego, mas, entre aquelas localizadas no interior estadual, dois em cada três trabalhadores estavam empregados nas atividades agropecuárias ou industriais, dado que dá suporte empírico à tese de que as áreas metropolitanas vêm-se transformando em economias de serviços, ao passo que as atividades produtivas, Agropecuária e Indústria, apresentam um padrão locacional menos polarizado. Esta última, em particular, tende a se deslocar para onde seja possível evitar as deseconomias de aglomeração pre-

sentes nas áreas metropolitanas, desde que haja tamanho crítico de mercado de trabalho e infra-estrutura necessários para dar suporte à atividade industrial. É nesse contexto que as cidades médias podem se tornar instrumentos de crescimento econômico associado a uma menor polarização espacial. O fato de que, entre 1980 e 2000, o número de cidades médias fluminenses tenha se elevado de 9 para 17, das quais 10 localizam-se fora da Região Metropolitana, é uma evidência de que está em curso o processo de formação de pólos regionais no interior da economia fluminense.

Na Tabela 2, apresenta-se a estrutura do PIB fluminense entre os anos de 1985 a 1999, o último período para o qual o IBGE publicou o resultado da regionalização das contas nacionais.

Como vimos na seção referente à industrialização brasileira e perda de dinamismo econômico, a economia fluminense perdia sistematicamente participação nacional, o que não significa que não apresentasse expansão em termos absolutos, apenas perdia dinamismo no âmbito da economia. Sua agropecuária, que nunca foi importante, vem-se tornando cada vez mais insignificante. Sua indústria, cuja estrutura era alicerçada em bens intermediários e bens tradicionais de consumo, perdeu a oportunidade aberta pelos estímulos à indústria dos novos bens de consumo, a partir do Plano de Metas. Ainda assim, a participação relativa do setor secundário na estrutura do produto manteve um valor que nunca foi

Tabela 2

Estado do Rio de Janeiro: participação das atividades econômicas no valor adicional bruto a preço básico – 1985-1999

Atividades	1985	1990	1994	1997	1999
Agropecuária	1,19	1,04	0,87	0,84	0,78
Indústria*	43,32	35,45	36,62	36,48	41,98
Indústria de Transformação	19,24	20,35	18,55	17,52	18,82
Serviços ao Produtor **	28,96	27,03	27,83	26,69	27,78
Serviços ao Consumidor ***	13,07	16,70	14,56	15,27	13,02
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	13,46	19,77	20,11	20,73	16,70

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-1999.

* Setores: Indústria Extrativa Mineral; Indústria de Transformação; Eletricidade, Gás e Água; Construção.

** Setores: Transportes e Armazenagem; Comunicações; Intermediação Financeira; Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas.

*** Setores: Comércio, Reparação de Veículos e de Objetos Pessoais e de Uso Doméstico; Alojamento e Alimentação; Saúde e Educação Mercantis; Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais; Serviços Domésticos.

inferior a 35%, mas que, ao fim da década de 1990, alcançava 42%. O restante do seu PIB é devido ao setor terciário, em que os chamados “Serviços ao Produtor”, são o seu segmento mais importante. No período, portanto, não houve alteração significativa na estrutura do produto da economia estadual.

Observando o comportamento do setor secundário, verificamos que a participação da Indústria de Transformação corresponde a menos da metade da participação industrial no PIB fluminense. Na verdade, esse desempenho tem sido sustentado pelo subsetor da Extração Mineral. Quanto ao setor terciário, a elevada perda de participação do subsetor Intermediação Financeira, com a migração de grande parte de suas atividades para São Paulo, foi compensada pela expansão do segmen-

to Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas.

A crescente importância do setor terciário está relacionada à maior complexidade das condições de reprodução da força de trabalho e do capital, pois abrangem atividades ainda mais dependentes da qualificação da força de trabalho do que as dos demais setores, as quais, por isso, tendem a aumentar a participação do setor não só no PIB como na geração de emprego, especialmente em cidades de médio e grande porte, o que contribui para a polarização espacial. É diferente do que ocorre na indústria, porque as atividades secundárias evitam arcar com as deseconomias de aglomeração produzidas nas áreas metropolitanas e deslocam-se para cidades menores, porém próximas aos seus mercados consu-



midores, promovendo a descentralização espacial. Desse modo, a atual dinâmica econômica concorre para a consolidação das economias metropolitanas, dado o peso do setor de Serviços. Mas, a expansão industrial pode favorecer o crescimento econômico do interior, longe das aglomerações típicas dos espaços metropolitanos.

No caso brasileiro, a abertura econômica dos anos 1990 propiciou melhores perspectivas para regiões com maior oferta de trabalho a baixo custo e reduziu a importância relativa de tradicionais regiões industriais, especialmente São Paulo. A redistribuição espacial do emprego na Indústria constitui um bom indicador desse fenômeno⁹. Por outro lado, os espaços metropolitanos, como as regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, consolidam-se como localizações preferenciais das atividades de serviços especializados, transformando-se em importantes “economias de serviços”, de que são exemplos os serviços de telecomunicações e os demais “Serviços ao Produtor”.

O contexto atual pressupõe a possibilidade de a economia fluminense superar sua secular estagnação, não apenas em função da presença da mencionada “economia de serviços” na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mas também da disponibilidade das novas vantagens locais: amplo mercado consumidor, oferta de infra-estrutura produtiva e de mão-de-obra especializada. Aliás, a maior disponibilidade desses recursos nas

regiões mais desenvolvidas, Sudeste e Sul, poderá traduzir-se no aumento de sua participação no PIB brasileiro. Entretanto, tal polarização inter-regional vem sendo acompanhada de despolarização em âmbitos intra-regionais e mesmo intra-estaduais, como sugere a já referida redistribuição do emprego industrial. O acelerado crescimento da população de cidades de porte médio localizadas fora de regiões metropolitanas é um indicador de que elas passaram a apresentar as vantagens locais que atraem os investimentos industriais (Andrade e Serra, 1998); as principais beneficiárias situam-se nas regiões mais desenvolvidas, o Sudeste e o Sul (Diniz e Santos, 1995). No Estado do Rio de Janeiro, desde 1980, o número de cidades médias praticamente dobrou, aumentando as opções locais das atividades econômicas no plano estadual (Santos, 1999), o que é muito importante, porque representa a possibilidade de que a retomada do crescimento da economia estadual possa torná-lo menos polarizado do que tradicionalmente tem sido.

Finalmente, convém ressaltar que a crescente complexidade da reprodução social associada à urbanização praticamente generalizada da população fluminense abre uma “fronteira de negócios” a serem explorados em cidades do interior estadual¹⁰. Dados os níveis de oferta de infra-estrutura produtiva e os índices de escolaridade de sua população, é possível que algumas das cidades médias fluminenses possam consolidar-se como im-

portantes “elos” na cadeia de fluxos que caracteriza a ordem econômica atual (Santos, 1999). É preciso, entretanto, analisar os indicadores mais recentes sobre a economia fluminense, para avaliar se já evidenciam um processo de superação da estagnação com melhor distribuição espacial, aparentemente favorecido pela nova ordem econômica.

Indicadores econômicos recentes da economia fluminense

A análise das contas regionais publicada pelo IBGE¹¹, cobrindo o período de 1985 a 1999, não autoriza a falar de “dinamismo econômico” no Estado do Rio de Janeiro, pelo menos em comparação com o desempenho das economias brasileira e dos estados sudestinos. É verdade que nesse período o índice de produto real na economia fluminense cresceu 22,3%, conforme o já citado estudo do IBGE. Trata-se de expansão do produto, embora em ritmo inferior ao da média brasileira, equivalente a 40,6%, e também ao da média sudestina, da ordem de 30,37%. Em termos percentuais, a participação do Estado do Rio de Janeiro no valor adicional bruto do Brasil apresentou uma queda de 13,35%, em 1985, para 11,77%, em 1999, tendo havido declínio também da participação do Sudeste. Houve, embora tímida, alguma redistribuição espacial do produto beneficiando as regiões Norte, Centro-Oeste e Sul.

Considerando o mesmo período, observou-se expansão da economia do Estado do Rio de Janeiro entre 1985 e 1989, retração entre 1990 e 1993, e retomada do crescimento a partir de 1994. No conjunto dos estados sudestinos, bem como na média brasileira, a evolução foi semelhante, apesar de a última etapa ter começado um ano antes, em 1993, o que significa admitir que a economia fluminense cresceu menos e respondeu com mais atraso ao processo de expansão verificado a partir do fim do conturbado governo Collor (1990-92).

Cabe discutir, entretanto, se os desempenhos das economias fluminense, sudestina e brasileira foram homogêneos ou não, considerando os setores em que o cálculo do PIB é avaliado. Iniciaremos a análise a partir do desempenho do setor primário, a Agropecuária, que contribui com cerca de 1% para o produto fluminense¹². No plano nacional, a Agropecuária fluminense participa com cerca de 1,1% a 1,4% do valor adicional bruto do país. Dada a ínfima importância desse setor no estado, não surpreende que tenha tido um desempenho muito inferior ao apresentado pelo Sudeste e pelo Brasil.

As principais mudanças apresentadas pela economia fluminense situam-se no âmbito do setor secundário. Enquanto o segmento de extração mineral tem sido o sustentáculo da economia estadual, o setor de transformação industrial diminuiu até em termos absolutos entre 1985 e 1999. Conforme já mencionado



anteriormente, o setor secundário tem perdido importância não só como gerador de produto, mas sobretudo como gerador de emprego, na atual dinâmica econômica. No Brasil, apesar de o setor ter comandado a expansão econômica dos anos 1960 e 1970, o que se traduziu no aumento de participação no PIB, conforme demonstrado pelo Censo Industrial de 1985, começou a partir de então a perder relevância na economia brasileira.

O crescimento da Indústria Extrativa Mineral foi notável, tendo sido o único setor cujo desempenho superou o verificado no Sudeste e no Brasil, entre 1985 e 1999. Enquanto no Rio de Janeiro a expansão foi de 158,6%, no Sudeste chegou a 100,8% e no país atingiu a média de 53,9%. Com isso, a participação desse segmento, que correspondia a 50,54% do total do país, em 1985, saltou para 70,34%, em 1999.

Esse bom desempenho é resultado do impacto da exploração de petróleo na Bacia de Campos, situada no norte do Estado do Rio de Janeiro. A importância dessa área de exploração, cujo produto, o petróleo, continua a ser a principal fonte de energia, suscitara o interesse de instalar na região um pólo petroquímico desde a década de 1980. Entretanto, problemas de natureza político-partidária inviabilizaram o projeto, que, em anos recentes, foi reformulado para reduzir-se ao Pólo Gás-Químico, instalado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, próximo à Refinaria Duque de Caxias, portanto, não mais na re-

gião Norte-fluminense. Convém lembrar que essa versão do pólo conta com maior participação do capital privado, apesar de a presença da Petrobras ser ainda condição *sine qua non* para a viabilidade do projeto.

Por outro lado, o setor Indústria de Transformação no Estado do Rio de Janeiro apresentou um desempenho medíocre. No período considerado, verificou-se uma expansão de cerca de 20% entre 1985 e 1989, mas, durante a década de 1990, a perda de dinamismo representou um recuo de mais de 5% em relação à situação vigente em 1985, tomado como ano-base para a evolução do valor adicionado bruto. Assim, a participação desse setor – o mais relevante na estrutura da economia fluminense, caiu de 19,24%, em 1985, para 18,82%, em 1999. Apesar disso, o segmento aumentou sua participação na indústria de transformação nacional de 7,75% para 9,31% no período.

O desempenho do setor no Sudeste foi melhor, com expansão de 8,4%, embora durante o quadriênio 1990-93 tenha declinado para um patamar inferior ao observado no ano-base. O mesmo fenômeno ocorreu em todo o país, mas verificou-se uma retomada bem mais importante a partir de 1993. Assim, a variação total observada no Brasil foi muito mais significativa, situando-se em 23,2%, entre 1985 e 1999. Esse resultado indica uma queda relativa dos desempenhos das economias sudestina e fluminense, numa proporção muito mais grave diante do desempenho



da Indústria de Transformação brasileira. Ocorreu, portanto, uma redistribuição espacial do setor, ainda que continue concentrado na região sudestina.

Como mencionado anteriormente, o setor terciário tornou-se o eixo dinâmico da economia, contribuindo com cerca de 60% do PIB. Assim, o crescimento mais lento de parte de seus subsetores e até mesmo o declínio de alguns deles agravaram ainda mais o estado da economia do Estado do Rio de Janeiro.

Depois do setor Indústria de Transformação, os que apresentaram maior participação na economia fluminense, em 1985, foram os setores Intermediação Financeira e Administração Pública, Defesa e Seguridade Social. Mas, dentre todos os 15 setores incluídos no citado estudo do IBGE, o de Intermediação Financeira foi o que teve o declínio mais acentuado no período considerado: de 17,7%, em 1985, passou para meros 5,47%, em 1999, queda que certamente vem prosseguindo, dada a transferência dos negócios da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a de São Paulo. Cabe observar, no entanto, que essa perda da economia fluminense não significou esvaziamento em termos absolutos, já que o setor se expandiu 18,2% no período, percentual, contudo, inferior aos apresentados pelos quatro estados sudestinos e pelo Brasil¹³. Portanto, apesar de manter-se como a segunda principal praça de negócios financeiros, o Rio de Janeiro viu diminuir de modo acentuado sua fatia no mercado nacional: de

17,44% para 10,83%. No entanto, a instalação no estado de empresas dos dinâmicos setores de telecomunicações e do petróleo, associada ao aumento da presença do capital estrangeiro no setor bancário, poderão atenuar esse quadro, embora dificilmente a economia estadual possa recuperar sua antiga participação no setor Intermediação Financeira.

Como capital do país por cerca de 200 anos, o Município do Rio de Janeiro sempre se caracterizou por concentrar grande contingente de funcionários públicos. Durante esses anos, beneficiou-se da presença desses trabalhadores com altos níveis de rendimentos. Porém, com a perda do *status* de capital federal e com a privatização de grande parte das empresas estatais, muitas com sede no estado, era de se esperar que a economia fluminense e a carioca, em particular, sofressem as conseqüências desse esvaziamento, especialmente considerando a redução generalizada dos salários no serviço público. E, de fato, comparando-se o desempenho do estado com o do Sudeste e o do Brasil, verifica-se que o setor Administração Pública, Defesa e Seguridade Social apresentou um crescimento menos expressivo na economia fluminense, ainda que, como proporção do valor adicionado bruto na estrutura do PIB fluminense, tivesse havido elevação da importância percentual do setor: de 13,46% para 16,7%, entre 1985 e 1999.

A evolução do desempenho comparado dos setores de atividade econômica no Estado



do Rio de Janeiro, no Sudeste e no Brasil é amplamente desfavorável à economia fluminense, não obstante ter ela apresentado, como já referido, melhor *performance* na Indústria Extrativa Mineral. Nos demais setores, houve declínio da participação relativa da economia fluminense. Na estrutura do PIB fluminense, todavia, alguns deles cresceram em importância, tais como os da Construção¹⁴, os da Comunicação¹⁵, os da Saúde e Educação Mercantis¹⁶, mas, principalmente, os do setor Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas, cuja participação percentual subiu de 6,38%, em 1985, para 16,06%, em 1999. Já em setores como os do Comércio e Reparação de Veículos¹⁷, os de Alojamento e Alimentação¹⁸, os de Eletricidade, Gás e Água¹⁹, e os de Transportes e Armazenagem²⁰, a economia fluminense apresentou declínio em suas participações no total setorial do país.

Tais resultados sugerem que aumenta a importância dos Serviços ao Produtor, contribuindo para a consolidação da “economia de serviços” na Região Metropolitana e pressupondo menor potencialidade das atividades econômicas que se traduzem em produção física, as quais, por sua natureza, são mais passíveis de serem atraídas para localizações no interior do estado. Portanto, a tão esperada superação da estagnação econômica associada à despolarização espacial no Estado do Rio de Janeiro ainda não pôde ser detectada por meio dos indicadores de evolução do PIB no período 1985-1999.

Conclusão

O processo de industrialização por substituição de importações redesenhou a estrutura geoeconômica do país. Antes dele, a economia brasileira se confundia com a economia da costa do país, devido ao seu desenvolvimento de tipo “primário-exportador”, o que tornava estratégica a função portuária das cidades litorâneas, dentre as quais destacava-se a capital, a cidade do Rio de Janeiro. Por se articular mais com as redes internacionais de comércio do que com outras regiões do próprio país, cada região constituía tipicamente uma “ilha” em relação às demais. Tudo isso mudou com o advento da industrialização.

Segundo Celso Furtado (1964), o país somente passaria a se organizar internamente, a estruturar-se como “nação”, a partir do seu processo de industrialização. Um corolário da industrialização pela via da substituição das importações foi a submissão das várias “ilhas regionais” do país à dinâmica industrial estabelecida pela região Sudeste, em particular pelo Estado de São Paulo. Nesse processo de consolidação da economia paulista, caracterizada como “locomotiva” da economia brasileira, o papel das demais regiões foi redefinido. O Rio de Janeiro perdeu progressivamente sua participação na economia do país, mas manteve a condição de segunda mais importante economia estadual.

A etapa de maior crescimento econômico do país no século XX correspondeu ao período de 1930 a 1980, marcado pela industriali-



zação com forte polarização espacial em São Paulo. O esgotamento desse ciclo de crescimento liderado pela Indústria trouxe a perspectiva de melhores possibilidades de inserção de outras economias estaduais e, finalmente, a expectativa de superar a já secular crise da economia fluminense. Dotada dos “novos fatores locais dinâmicos”, isto é, de amplo mercado consumidor, de disponibilidade de trabalho qualificado e de infraestrutura logística, a economia do Estado do Rio de Janeiro parecia fadada a aproveitar as oportunidades que surgiam numa nova ordem econômica em que o setor de Serviços tornou-se a principal fonte de geração de emprego e renda.

Convém salientar, entretanto, que as atividades produtivas, agropecuárias e industriais são fontes básicas de expansão das atividades terciárias. Além disso, são atividades que vêm sendo descentralizadas em relação às tradicionais áreas metropolitanas. Em função das inovações tecnológicas que têm promovido processos de “deslocalização”, essas atividades, para evitar as regiões de deseconomias de aglomeração, tendem a localizar-se nas cidades de porte intermediário, onde estão disponíveis os referidos “novos fatores locais dinâmicos”. Ou seja, tais atividades passam a constituir importante veículo da despolarização espacial, ainda que restritas às macrorregiões com economias mais dinâmicas. Nesse contexto, a superação da estagnação na economia fluminense não poderá pres-

cindir da retomada do crescimento industrial, seja para alavancar as atividades terciárias, que, no Rio de Janeiro, detêm vantagens comparativas, seja para proporcionar um crescimento espacialmente mais equilibrado, com mais opções de localização industrial no interior do estado.

A análise dos indicadores de evolução do PIB na economia fluminense no período de 1985 a 1999 não proporciona evidências que sustentem a tese da superação da estagnação econômica com base na exploração de novas possibilidades de inserção mais dinâmica na nova ordem econômica. É verdade que as atividades agropecuárias e industriais diminuíram sua importância na composição do PIB tanto no âmbito da economia brasileira quanto no da fluminense. Contudo, o crescimento dessas atividades para conseguir manter o dinamismo do setor Serviços foi muito menor no Rio de Janeiro do que na média da região sudeste e na média do país. Em particular, a Indústria de Transformação vem perdendo participação até em termos absolutos na composição do PIB fluminense, que se torna cada vez mais dependente de outro segmento do setor secundário: o da Indústria Extrativa Mineral. Trata-se de um setor que, ao lado de alguns serviços, como os de telecomunicações, vem se transformando num difusor de dinamismo que já está beneficiando o Rio de Janeiro, particularmente a partir de 1999, dado o contexto que conjuga a elevação dos preços internacionais de petróleo com a quebra do



monopólio da Petrobras na exploração desse produto no país. Contudo, tal potencialidade ainda não se traduz em evidência empírica, conforme sugere a análise dos dados disponíveis.

Reconhece-se, todavia, que há fortes indícios que alimentam a expectativa de expansão da economia fluminense. A literatura dá suporte à tese das novas possibilidades a serem aproveitadas pelo Rio de Janeiro na atual ordem econômica, do mesmo modo que as informações acerca das intenções de investir indicam a economia fluminense como a segunda principal beneficiária. Além do mais, o IBGE detectou um movimento de retomada dos investimentos industriais após a flutuação do câmbio, em janeiro de 1999, que poderá proporcionar novas oportunidades para alavancar a economia fluminense. No entanto, é preciso aguardar a publicação de dados mais recentes e verificar se há novas evidências empíricas que afirmem a tese da superação da estagnação e do novo papel da economia do Estado do Rio de Janeiro na dinâmica econômica atualmente vigente.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA MAGALHÃES, J. P. *Diagnóstico da economia fluminense*. Rio de Janeiro, 2002 [mimeo.].
- ANDRADE, T.; SERRA, R. *Crescimento econômico nas cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. [Texto para discussão interna, n. 592]
- BECKER, B.; EGLER, C. *Brasil. Uma nova potência na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: T. A Queiroz, 1981.
- CARDOSO DE MELLO, J.M. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CASTRO, A. B. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1975.
- DINIZ, C. C.; SANTOS, F. B. T. dos. Sudeste: Heterogeneidade Estrutural e Perspectivas. In: AFFONSO, R. B.; SILVA, P. L. B. (Orgs.). *Federalismo no Brasil. Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: UNESP/FUNDAP, 1995.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1991.
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- PEREIRA, H. e CONSIDERA, C. Industrialização fluminense – 1930/1980. In Anais da ANPEC, 1985.
- SANTOS, Angela M. S. Penalva. *Planejamento e desenvolvimento. O Estado da Guanabara*. Tese Doutorado à FAU/USP, São Paulo, 1990.



- _____. São as cidades médias pólos regionais no interior fluminense? In: Seminário Forum Rio 2000, Rio de Janeiro: UERJ, 19-21 out. 1999.
- _____. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- SUSIGAN, W. Investimentos na indústria de transformação no Brasil - 1869/1930. Uma visão geral. In PPE, IPEA/INPES, ago. 1985.

Abstract - *This article provides a historical analysis of the State of Rio de Janeiro's economy, since the process of occupation focusing on the coffee culture as an instrument for spatial structure. It also brings into discussion how the Brazilian industrialization process snatched from Rio de Janeiro the status of the country's dynamic hub, and made its economy plunge into a century-old crisis, having several unsuccessful attempts to overcome it been made. Most recently, however, the new configuration that has taken place since the 1970's crisis may lay a helping hand to the recovery of the State's economy. This possibility of a bounceback in respect of the loss of vitality of the State of Rio de Janeiro's economy is based in recent data, gathered in the 1985-1999 period.*

Keywords - "fluminense" economy; spatial polarization; economical crisis.

Resumen - *Este ensayo analiza la historia de la economía de la provincia de Río de Janeiro, resaltando el rol de la cultura cafetalera como instrumento de estructuración espacial. A continuación, se plantea cómo el proceso de industrialización brasileña sacó la provincia de Río de Janeiro de su condición de centro dinámico nacional y la hundió en una crisis secular, cuyos intentos de superación fracasaron. Sin embargo, actualmente se está configurando una nueva dinámica económica, manifiesta desde la crisis de los años setenta, que puede ayudar en la recuperación de la economía de dicha provincia. Se analiza esa posibilidad de superación de la pérdida de dinamismo de la economía fluminense con base en datos recientes, del año 1985 al 1999.*

Palabras-clave: *economía de la provincia de Río de Janeiro; polarización espacial; crisis económica.*



Notas

- ¹ Personagem nacionalista, *alter ego* de seu criador, o escritor Lima Barreto, em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Após ser afastado do serviço público, Policarpo Quaresma mudou-se para o Estado do Rio de Janeiro e passou a produzir alimentos para abastecimento da metrópole carioca, sem sucesso, vencido pelas pragas da lavoura e pelo inadequado regime de chuvas e precária rede de comercialização.
- ² Segundo Celso Furtado (1964), a cultura da cana depende de investimentos iniciais elevados, mas, uma vez instalada, apresenta pequena despesa operacional, permitindo a manutenção da lavoura a baixo custo, mesmo quando essa perde produtividade e dinamismo econômico.
- ³ Anuários Estatísticos da Guanabara.
- ⁴ Sobre o II PND, consultar a referência Lessa, 1988.
- ⁵ Denominação pela qual ficaram conhecidos os projetos de grande impacto econômico e espacial incluídos no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979) do governo Geisel.
- ⁶ Durante grande parte do período do regime militar, teve vigência o bipartidarismo, representado pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista, e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição.
- ⁷ Segundo George Benko (1996), a atual estruturação do espaço compreende uma nova dinâmica resultante da interação de três elementos principais: as indústrias de alta tecnologia, as atividades artesanais e as pequenas e média empresas e, principalmente, pelos serviços de apoio empresarial, as “economias de serviços”, presentes essencialmente nos espaços metropolitanos.
- ⁸ Cidades cuja população encontra-se na faixa de 100 mil e a 500 mil habitantes. A importância das cidades médias para a economia fluminense foi objeto de outro artigo da autora. Santos, Angela M. S.P. Cidades Médias como Instrumentos da Descentralização: o caso do Estado do Rio de Janeiro. In Encontro Nacional da ANPUR, IX, 28 de maio a 1 de junho de 2001. Rio de Janeiro.
- ⁹ Ver, a respeito, Sabóia, João. Desconcentração Industrial no Brasil nos Anos 1990: um enfoque regional. In: Congresso Latino-Americano de Economistas. Rio de Janeiro, set. 1999. *Anais...* Rio de Janeiro. Segundo o autor, entre 1988 e 1997, São Paulo e Rio de Janeiro perderam, respectivamente, 33% e 43% de sua força de trabalho industrial. Teria havido diminuição do número de grandes aglomerações industriais, aquelas com mais de 100 mil trabalhadores, ao mesmo tempo que teriam surgido muitas pequenas aglomerações industriais, com 5 mil trabalhadores, a maior parte das quais no Sul-Sudeste, embora já se observe sua presença no Nordeste e até na recém-ocupada região Centro-Oeste.
- ¹⁰ Examinei este conceito de “fronteira de negócios” com o sentido de novas oportunidades que se abriam para empreendedores que explorassem atividades terciárias nas cidades localizadas em projetos de Colonização Dirigida na Amazônia (Santos, Angela M. S. Penalva. *Comércio: Fronteira de Negócios na Colonização da Amazônia*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. Texto para discussão interna, n. 309). É possível, contudo, estendê-lo para incluir as oportunidades de negócios surgidas em função das atuais condições de reprodução social da população, que incluem, entre outros, novos serviços de educação (ensino universitário e de pós-graduação) e de saúde (fisioterapia, por exemplo).
- ¹¹ IBGE. Contas Nacionais, n. 3. Contas Regionais do Brasil. 1985-1999, Rio de Janeiro, 2001. Esta é a fonte dos dados desta seção, apresentados no anexo, de onde foram retiradas as informações citadas e que não façam parte do corpo do artigo.
- ¹² Em 1985, essa participação era da ordem de 1,19%, declinando para 0,5%, em 1992, e atingindo 0,78%, em 1999.
- ¹³ No Sudeste, a expansão do setor Intermediação Financeira atingiu 23,69%, enquanto a média brasileira ficou em 35,2%, entre 1985 e 1999.
- ¹⁴ Esse setor passou de 5,25% do PIB fluminense, em 1985, para 7,98%, em 1999.
- ¹⁵ Esse setor ampliou sua participação no PIB fluminense de 2,04%, em 1985, para 4,37%, em 1999.
- ¹⁶ Esse setor aumentou sua participação na economia brasileira de 1,53%, em 1985, para 2,71%, em 1999.
- ¹⁷ A participação desse setor caiu de 6,14% para 5,18%, entre 1985 e 1999.
- ¹⁸ A participação desse setor caiu de 2,63% para 2,17%, entre 1985 e 1999.
- ¹⁹ A participação desse setor caiu de 6,44% para 4,01%, entre 1985 e 1999.
- ²⁰ A participação desse setor caiu de 3,37% para 1,88%, entre 1985 e 1999.



ANEXOS

Tabela 1

Participação do Estado do Rio de Janeiro no valor adicional bruto do Brasil a preço básico, por atividade econômica (1985-1999)

Anos/Setor	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Total	13,35	11,98	11,93	11,85	11,65	11,39	12,24	12,29	12,13	11,24	11,37	10,95	11,02	10,98	11,77
1	1,41	1,47	1,42	1,65	1,67	1,49	1,41	0,94	0,95	1,01	1,37	1,28	1,21	1,16	1,17
2	50,54	51,02	48,64	43,76	40,24	52,88	50,56	50,50	48,25	50,84	52,40	54,64	56,34	47,56	70,34
3	7,95	7,12	7,07	7,81	8,03	7,69	8,28	8,47	7,78	7,84	7,75	8,30	8,22	8,86	9,31
4	32,72	26,69	22,23	22,82	19,65	16,86	18,63	16,63	15,19	14,32	13,44	13,07	12,88	13,30	13,31
5	12,60	12,01	12,68	12,95	13,26	11,39	11,49	11,95	11,68	11,85	10,92	11,33	10,74	10,75	10,60
6	9,17	8,57	8,80	8,68	7,15	10,55	11,66	10,13	9,66	8,92	9,15	7,61	8,04	8,23	8,17
7	21,50	19,21	19,43	19,99	18,97	20,62	21,68	21,66	20,40	19,74	17,83	18,15	19,18	21,83	15,12
8	15,91	12,66	13,46	12,54	11,28	11,71	11,58	12,37	11,80	11,92	10,41	10,61	10,29	10,46	11,28
9	28,30	31,11	29,26	24,87	25,85	27,26	23,06	28,24	22,73	21,24	19,71	16,35	16,98	18,34	18,26
10	17,44	17,44	17,44	17,44	16,79	13,17	14,30	14,45	14,55	11,92	11,43	10,50	9,95	9,99	10,83
11	16,08	15,60	11,86	13,72	16,06	10,68	12,15	12,91	14,36	13,58	12,87	12,41	12,25	13,51	13,37
12	19,84	17,05	18,43	16,82	13,22	16,42	17,37	16,89	17,01	17,36	17,79	14,80	15,34	12,85	12,86
13	12,27	11,34	11,84	12,41	11,15	11,63	11,53	11,42	10,39	10,67	10,95	11,58	10,58	11,00	11,11
14	31,43	31,80	27,38	26,31	25,56	23,39	21,67	19,14	18,62	19,27	19,47	19,79	20,20	20,29	19,84
15	16,51	16,22	17,43	17,12	15,59	14,96	14,63	14,28	14,34	13,96	13,57	14,40	13,55	13,76	14,01

Fonte: IBGE - Contas Nacionais, n. 3. Contas Regionais do Brasil, 1985-1999.

Setores: 1=Agropecuária; 2= Indústria Extrativa Mineral; 3= Indústria de Transformação; 4= Eletricidade, Gás e Água; 5= Construção; 6= Comércio, Reparação de Veículos e de Objetos Pessoais e de Uso Doméstico; 7= Alojamento e Alimentação; 8= Transportes e Armazenagem; 9= Comunicação; 10= Intermediação Financeira; 11= Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas; 12= Administração Pública, Defesa e Seguridade Social; 13= Saúde e Educação Mercantis; 14= Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais; 15= Serviços Domésticos.

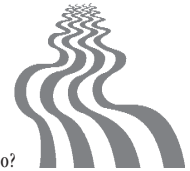


Tabela 2
**Rio de Janeiro: Distribuição das atividades econômicas no valor adicionado
 bruto a preço básico (1985-1999)**

Anos/Setor	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1	1,19	1,41	1,18	1,33	1,31	1,04	0,84	0,50	0,52	0,87	1,03	0,95	0,84	0,84	0,78
2	12,39	11,60	6,84	5,25	3,65	4,85	5,63	5,09	5,48	5,76	4,70	4,88	5,32	3,35	10,87
3	19,24	19,69	19,13	22,46	21,25	20,35	19,0	19,20	17,11	18,55	16,69	18,26	17,52	18,21	18,82
4	6,44	5,80	5,60	5,28	4,07	4,14	4,22	4,28	3,73	4,05	3,55	4,10	4,12	4,34	4,01
5	5,25	7,39	6,35	6,67	7,16	6,11	5,59	5,66	5,70	8,26	8,32	9,31	9,52	9,63	7,98
6	6,14	6,83	6,31	6,25	4,54	8,41	8,64	6,74	6,17	6,59	7,73	5,81	5,74	5,61	5,18
7	2,63	2,69	2,57	2,51	2,55	3,31	3,42	3,21	2,80	3,15	3,10	3,24	3,14	3,71	2,17
8	3,37	3,07	2,55	2,56	2,14	2,17	2,32	2,13	1,90	2,33	1,60	1,89	1,89	2,00	1,88
9	2,04	2,43	2,38	2,26	2,29	2,61	2,07	3,05	2,82	2,83	2,71	3,02	3,10	3,81	4,37
10	17,17	11,69	20,68	20,32	28,14	16,15	13,66	23,13	28,33	14,57	7,64	5,89	5,81	5,77	5,47
11	6,38	7,39	6,07	6,65	7,45	6,10	10,97	8,31	6,91	8,10	13,16	15,08	15,89	18,35	16,06
12	13,46	15,07	15,45	13,75	11,14	19,77	18,33	13,98	14,63	20,11	24,18	21,06	20,73	17,96	16,70
13	1,53	1,69	2,16	2,20	1,96	2,17	2,44	2,41	1,93	2,52	2,84	3,50	3,13	3,09	2,71
14	2,11	2,54	2,14	1,93	1,86	2,41	2,47	1,89	1,56	1,82	2,23	2,44	2,71	2,76	2,45
15	0,66	0,71	0,59	0,57	0,49	0,40	0,40	0,41	0,41	0,48	0,53	0,57	0,55	0,56	0,51

Fonte: IBGE: Contas Nacionais, n. 3. Contas Regionais do Brasil, 1985-1999.
 Setores: ver Tabela 1 do Anexo.



Tabela 3

Evolução da participação do valor adicionado a preço básico acumulado por ano, segundo setores da atividade econômica (1985-1999) [1985=100]

Anos/Setor	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Total	100,0	108,2	108,7	109,5	112,8	108,1	108,8	106,9	108,3	110,9	113,7	116,0	117,3	120,2	122,3
1	100,0	104,1	102,6	115,7	110,2	104,5	127,6	105,5	106,3	91,14	110,1	108,4	111,5	113,4	113,9
2	100,0	106,6	106,1	100,6	107,8	122,2	124,9	123,7	129,0	139,6	146,7	168,0	185,6	220,4	258,6
3	100,0	116,0	116,0	116,3	120,9	104,2	105,7	100,7	100,9	103,4	101,4	100,5	97,3	96,7	94,3
4	100,0	107,0	109,6	111,3	114,9	115,7	116,9	114,3	116,4	117,6	123,3	126,3	135,0	142,9	143,5
5	100,0	113,5	108,5	103,0	105,3	100,0	104,1	99,2	104,2	104,8	109,9	115,3	115,7	115,3	116,0
6	100,0	103,7	101,8	105,4	106,3	105,3	106,0	105,5	111,7	114,1	117,3	120,3	121,8	118,6	118,3
7	100,0	113,3	103,8	116,5	117,9	131,7	116,5	120,2	106,8	120,4	116,8	125,8	124,3	140,1	137,0
8	100,0	92,0	92,7	86,9	89,1	90,7	81,7	74,9	79,6	80,2	82,4	86,1	91,9	95,7	101,4
9	100,0	127,1	139,8	149,3	169,6	172,6	173,4	174,4	172,8	161,9	202,2	202,5	202,2	206,9	269,5
10	100,0	109,7	109,5	109,5	112,9	107,9	108,9	106,4	106,9	108,9	111,2	113,3	113,2	115,7	118,2
11	100,0	103,0	108,1	115,1	116,2	108,2	109,0	109,0	113,6	118,9	124,6	125,3	128,7	133,4	133,5
12	100,0	101,2	102,3	103,5	104,6	105,7	106,7	107,8	108,9	110,0	111,1	112,1	113,2	114,2	115,3
13	100,0	101,2	102,3	103,5	104,6	105,7	106,7	107,8	108,9	110,0	111,1	112,1	113,2	115,3	116,3
14	100,0	114,4	118,3	118,4	131,9	130,2	120,8	115,9	114,1	125,1	126,6	128,0	129,5	130,7	131,0
15	100,0	98,5	110,6	105,9	96,2	90,0	93,9	98,1	102,5	106,1	109,8	112,7	111,1	110,3	116,3

Fonte: IBGE: Contas Nacionais, número 3. Contas Regionais do Brasil 1985-1999.

Setores: ver Tabela 1 do Anexo.

**Região Sudeste**

Anos/Setor	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Total	100,0	106,2	110,1	109,7	112,1	107,0	107,4	105,1	110,2	115,9	120,4	124,1	128,1	129,2	130,3
1	100,0	78,3	113,5	101,8	102,5	101,8	110,1	112,9	112,0	113,5	115,8	128,5	129,1	135,9	143,5
2	100,0	103,8	102,4	100,3	105,3	111,5	112,0	109,6	114,1	123,1	129,4	143,5	156,4	180,4	200,8
3	100,0	109,8	110,6	108,0	110,4	98,7	96,9	92,5	98,9	106,6	109,1	109,3	114,2	111,3	108,4
4	100,0	116,9	115,7	122,7	125,3	124,3	129,2	128,3	133,0	138,3	142,4	145,9	155,7	165,6	165,3
5	100,0	114,9	114,5	115,0	115,3	114,4	116,5	110,8	113,6	114,4	120,4	132,8	139,5	137,2	137,8
6	100,0	107,2	103,9	108,7	110,6	110,1	110,9	107,8	119,2	125,8	135,7	139,4	141,6	136,0	136,4
7	100,0	106,7	107,0	116,7	117,9	125,1	120,7	123,7	118,3	125,6	125,0	128,9	129,4	136,6	136,5
8	100,0	104,5	107,2	107,4	109,5	110,0	113,5	106,0	112,9	118,5	128,9	141,4	150,2	154,9	159,0
9	100,0	121,6	134,1	144,9	166,0	173,5	189,1	194,7	208,1	218,6	270,8	297,0	303,5	330,2	385,1
10	100,0	107,3	109,4	108,9	111,1	104,9	104,6	101,6	106,8	112,3	116,6	119,1	123,7	123,4	123,7
11	100,0	104,6	111,4	114,3	119,0	119,6	119,8	119,6	122,5	129,8	137,1	140,8	143,9	149,8	152,6
12	100,0	101,7	103,4	105,1	106,8	108,4	110,0	111,6	113,2	114,7	116,2	117,7	119,3	120,8	122,4
13	100,0	101,9	103,7	105,5	107,3	109,0	110,7	112,4	114,1	115,8	117,4	119,1	120,7	124,0	125,6
14	100,0	109,5	118,9	123,3	127,4	127,2	123,8	120,7	120,1	126,5	131,6	129,9	135,2	137,0	140,2
15	100,0	99,0	99,3	95,7	94,3	92,4	97,9	103,9	108,9	116,2	124,0	120,3	126,1	121,2	127,2

Fonte: IBGE: Contas Nacionais, n. 3. Contas Regionais do Brasil, 1985 – 1999

Setores: ver Tabela 1 do Anexo.



Brasil

Anos/Setor	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Total	100,0	106,4	110,9	111,6	114,5	111,0	111,7	111,4	117,6	123,7	127,4	131,5	136,5	138,1	140,6
1	100,0	91,6	113,5	111,4	113,9	110,8	115,0	122,1	122,0	128,7	131,0	138,3	140,9	143,2	153,9
2	100,0	104,6	104,2	104,9	109,0	113,8	112,1	111,5	115,1	121,6	126,6	137,1	147,1	164,3	176,5
3	100,0	109,7	110,7	109,0	112,1	102,2	100,7	98,2	106,8	116,0	117,6	119,5	126,3	123,9	123,2
4	100,0	115,7	117,7	123,4	128,1	132,5	134,9	137,7	145,7	153,1	158,9	167,1	175,7	186,6	187,9
5	100,0	116,7	119,1	119,5	119,4	119,8	121,5	116,6	123,2	122,3	126,3	136,1	146,5	147,0	148,4
6	100,0	108,2	105,6	111,3	113,2	114,0	114,6	114,1	126,2	133,0	139,6	144,2	147,2	142,0	142,7
7	100,0	105,7	109,6	117,0	122,0	128,1	127,4	129,6	129,0	135,1	137,8	141,5	143,5	150,2	152,4
8	100,0	108,8	114,4	115,4	117,4	117,7	122,0	117,0	123,1	127,4	137,3	149,6	157,6	166,3	170,3
9	100,0	121,0	130,5	142,0	159,1	168,4	183,8	191,2	207,8	218,9	265,5	290,4	305,0	344,3	401,1
10	100,0	107,3	110,1	110,6	113,0	109,4	109,9	108,9	114,7	120,3	124,1	127,3	132,6	133,5	135,2
11	100,0	104,6	111,0	114,3	119,7	120,3	121,6	122,8	125,7	132,4	138,9	143,2	147,3	153,2	156,1
12	100,0	102,0	104,0	106,0	107,9	109,8	111,7	113,6	115,3	117,0	118,8	120,4	122,2	123,9	125,7
13	100,0	102,0	103,9	105,8	107,6	109,4	111,2	112,9	114,7	116,4	118,1	119,8	121,5	124,9	126,6
14	100,0	107,1	114,6	118,6	122,2	123,8	122,1	120,7	120,9	125,8	130,1	130,2	133,8	135,6	138,3
15	100,0	100,2	104,8	102,1	101,5	98,9	105,6	113,0	117,6	125,0	133,0	128,8	134,9	131,8	136,5

Fonte: IBGE: Contas Nacionais, n 3. Contas Regionais do Brasil, 1985 – 1999.

Setores: ver Tabela 1 do Anexo.

